

MULHERES NEGRAS E RACISMO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS ARTE-EDUCATIVAS NOS CAPS

VIVIANE COSTA RODRIGUES¹; GEORGINA HELENA LIMA NUNES²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – vivianecosrodrigues@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – geohelena@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo é derivado da tese de doutorado, em andamento, intitulada: *Mulheres negras costurando existências: Cartografia das práticas educativas em saúde mental* no Curso de Pós Graduação Strictu Sensu, Doutorado em Educação pela linha de pesquisa: Formação de professores, ensino, processos e práticas educativas. O projeto surgiu da necessidade de investigar o impacto do racismo institucional no tratamento do adoecimento de mulheres negras atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em Pelotas¹ e propõe uma cartografia das práticas educativas em arte desenvolvidas nesses serviços como ferramenta terapêutica. Para tanto, apoia-se nos campos da educação e da saúde coletiva visando entrelar duas áreas de trabalho da pesquisadora. A primeira pela formação inicial enquanto professora e a segunda a partir do trabalho desenvolvido na saúde mental como arte-educadora no CAPS Porto.²

Historicamente, podemos observar que o racismo estruturado na sociedade determinou a exploração, invisibilização e desumanização de pessoas negras em diversos aspectos: econômico, sociocultural e político, trazendo incontornáveis mazelas sociais para essa população. Entretanto, as questões subjetivas nunca foram determinantes para se reconhecer que o racismo é também capaz de produzir adoecimento ou sofrimento psíquico (FANON, 2008; PASSOS, 2017; SOUZA, 1988). Pois, em que pese a escassez de literatura sobre os aspectos de saúde mental de mulheres negras no Brasil (PASSOS, 2017), acredita-se que o sofrimento psíquico gerado na experiência cotidiana de discriminação, violências e microagressões (TAVARES; KURATANI, 2019) determina um doloroso processo de alteração da subjetividade negra. Desse modo, compreende-se que o racismo institucional (ALMEIDA, 2018; MBEMBE, 2018; WERNECK, 2016) impregnado de práticas estereotipadas e naturalizadas na sociedade é também reproduzido pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas determinando uma série de condutas institucionais que dissimulam aspectos sociais importantes e demandas específicas para essa população.

2. METODOLOGIA

¹ Os CAPS pertencem à Rede de saúde mental do município, a qual é composta por 8 (oito) serviços, sendo um deles na modalidade álcool e drogas (CAPS AD) e outro para atendimento infanto-juvenil (CAPSi). Constituem a Rede de Atenção Psicossocial, em nível federal, para atendimento de transtornos mentais graves e persistentes, oferecendo atendimento multiprofissional: médicos/as, assistentes sociais, psicólogos/as, enfermeiros/as, técnicos/as em Arte ou arte-educadores/as, artesãos/ãs, entre outros. Tendo em vista a proposta de Reforma Psiquiátrica no Brasil elaborada nos anos 1980, junto à promulgação da lei 10.216/2001, tais serviços buscam a superação do modelo psiquiátrico e asilar pela reabilitação psicossocial de usuários/as atendidos/as no âmbito do SUS.

² Desde 2017, a pesquisadora atua no CAPS realizando atividades terapêuticas em arte através de grupos, oficinas e atendimentos psicoeducativos. O CAPS Porto recebeu esse nome porque o seu território de atendimento está localizado na zona portuária e periférica da cidade.

Através da observação participante (BRANDÃO, 2003) junto às rotinas de trabalho, revisão de literatura e entrevistas já realizadas,³ busca-se conduzir o debate sobre as relações étnico-raciais, racismo e a assistência em saúde mental do município de Pelotas (RS). A escolha da metodologia está pautada na análise de conteúdo (BARDIN, 2016) das narrativas de mulheres negras entrevistadas e de arte-educadores/as atuantes nos serviços do CAPS. Ambos escolhidos através de critérios estabelecidos como o tempo de tratamento e aspectos geracionais no caso das mulheres negras e, para os trabalhadores, a formação superior em arte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desenvolvida a partir de 2019, a pesquisa aqui descrita integra os estudos em educação a partir das relações étnico-raciais, da saúde pública e observa que apesar da existência de ações políticas historicamente conquistadas como a 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída pela portaria GM/MS nº 992 de 13 de maio de 2019.⁴ Não foi possível observar o comprometimento dos serviços de saúde mental, em âmbito municipal, no debate sobre o racismo institucional, tampouco verificou-se até o momento a articulação de estratégias de enfrentamento ao racismo nesses espaços.

De acordo com dados apresentados no Plano Municipal de Saúde em Pelotas (2022-2025)⁵ e, após doze anos de instituição, a PNSIPN ainda não foi efetivada. Apesar da legislação já ter instituído áreas técnicas de Atenção à Saúde da População Negra junto à Divisão de Políticas de Promoção da Equidade em âmbito estadual e federal. O atual plano não exhibe recorte de raça, gênero e faixa etária, encaminhando-se apenas para elaboração de relatórios de aplicação relativos à promoção da equidade em saúde e o enfrentamento do racismo institucional, sem apontar medidas já existentes.

Sobre a dimensão do ensino da arte, pode-se inferir que os profissionais arte-educadores/as reconhecem, tendo no escopo de sua formação acadêmica, a finalidade valorativa da Lei nº 10.639/03 que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular de ensino, em nível fundamental e médio, nas escolas. E que, no tocante à prática terapêutica pretendida no modo psicossocial, essa interlocução também seria possível a partir de uma práxis (FANON, 2015; FREIRE, 2018) como investimento contra o racismo. Pois, uma prática arte-educativa antirracista também passa pela conscientização política e reflexiva desses profissionais. Ou seja, “[...] a práxis é a semente germinada na luta, em qualquer que seja o espaço (DUARTE, 2021).”

Considerando-se, portanto, que as políticas destacadas como instrumento de enfrentamento não têm sido suficientes para as mudanças necessárias para as relações interétnico-raciais do país. Reitera-se a importância de produzir um debate nos espaços de saúde mental, haja vista, os efeitos psicossociais do racismo diante

³ Atualmente, a pesquisa encontra-se na etapa de análise de dados.

⁴ As leis mencionadas aqui, fazem parte de uma série de ações promovidas durante o governo PT desde 2003, junto à criação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº 12.288/10 até políticas de ações afirmativas na educação e saúde.

⁵ Em Pelotas, a construção do PMS 2022-2025 se deu a partir da realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde que ocorreu no dia 13 de agosto de 2021 e foi instituída pelo Decreto nº 6.415, de 31 de maio de 2021. Disponível em [plano_municipal_saude.pdf](#). Acesso em 01 ago. 2022.

da naturalização de práticas discriminatórias e do menosprezo de demandas específicas dessa população.

4. CONCLUSÕES

Os dados analisados até o momento são capazes de comprovar, no que tange ao compromisso educativo e terapêutico dos arte-educadores, o olhar naturalizado dos/as profissionais diante do racismo continua a obliterar que as desigualdades raciais determinam o acesso aos serviços de saúde e limitam as formas de cuidado.

O relato dos entrevistados/as corrobora tal afirmação:

[...] Pra mim isso é bem complicado porque eu não me sinto nesse, nessa situação sabe?! Eu acho que talvez a questão do racismo tem a ver muito com, com pessoas que que viveram outros momentos, eu acho que quem é dessa era agora, não, não sei, eu não consigo perceber o pessoal mais jovem assim. Eu acho que o pessoal mais antigo talvez por criação, por influência cultural das colonizações, talvez tenha alguma coisa nesse sentido, mas agora sinceramente eu não percebo assim, mas eu sei que acontece episódios racistas, eu sei, mas eu não me sinto... eu na verdade eu também acho que eu nunca presenciei que eu me lembre, tanto onde eu trabalho quanto, quanto quando eu era estudante". (Arte-educadora, mulher branca, CAPS x, 2021)

[...] Olha, tem uma experiência que eu tenho assim, eu nunca. Eu nunca fiz essa associação. Nunca, nunca vi, nunca nem ouvi, sabe?! E nunca percebi isso em algum, em alguma pessoa, algum paciente, sabe?! E eu nunca fiz essa associação mesmo. Não sabia por esse olhar assim. Acho que não. Não, não, não". (Arte-educadora, mulher branca, CAPS c, 2021)

A relação entre a não responsabilização da gestão municipal e a narrativa dos profissionais evidencia o negligenciamento das desigualdades socioeconômicas e raciais como determinantes também para o adoecimento mental. Em especial, para mulheres negras percebidas pela interseccionalidade de opressões entre raça, classe e gênero (GONZALES, 1982; LOPES; WERNECK, 2009), tal dimensão configura-se como uma das expressões do racismo estrutural manifestado em condutas que invisibilizam as diferenças numa suposta integralidade de direitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** / Fundação Nacional de Saúde - Brasília: Funasa, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** – 3. ed., 3. reimpr. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos. Experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

- DUARTE, C. B. **Docência Negra na Educação Infantil: consciência política, fazer pedagógico e práxis**. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. 3. reimp. Juiz de Fora: UFJF, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.
- GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Madel Luz (org.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em:
[https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1 .pdf](https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1.pdf). Acesso em: 06 jan. 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições. 2018.
- PASSOS, R. G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 / 2017. Disponível em:
http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. de A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicol. cienc. Prof.**, Brasília, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100118&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020.
- WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.